

STJ CONSTRUINDO O SABER

I MOSTRA CIENTÍFICA DE PAINÉIS



Brasília
2018

Nº 1

Revista • Científica

STJ CONSTRUINDO O SABER



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Composição em fevereiro de 2018

Ministra **Laurita Hilário Vaz** (Presidente)

Ministro **Humberto Eustáquio Soares Martins** (Vice-Presidente)

Ministro **Felix Fischer**

Ministro **Francisco Cândido de Melo Falcão Neto**

Ministra Fátima **Nancy Andrichi**

Ministro **João Otávio de Noronha**

Ministra **Maria Thereza Rocha de Assis Moura**

Ministro Antonio **Herman de Vasconcellos e Benjamin**

Ministro **Napoleão Nunes Maia Filho**

Ministro **Jorge Mussi**

Ministro Geraldo **Og Nicéas Marques Fernandes**

Ministro **Luis Felipe Salomão**

Ministro **Mauro Luiz Campbell Marques**

Ministro **Benedito Gonçalves**

Ministro **Raul Araújo Filho**

Ministro **Paulo de Tarso Vieira Sanseverino**

Ministra Maria **Isabel Diniz Gallotti Rodrigues**

Ministro **Antonio Carlos Ferreira**

Ministro Ricardo **Villas Bôas Cueva**

Ministro **Sebastião Alves dos Reis Júnior**

Ministro **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**

Ministro **Marco Aurélio Bellizze Oliveira**

Ministra **Assusete Dumont Reis Magalhães**

Ministro **Sérgio Luíz Kukina**

Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro**

Ministra **Regina Helena Costa**

Ministro **Rogério Schietti Machado Cruz**

Ministro **Nefi Cordeiro**

Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria**

Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**

Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**

Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**

Ministro **Joel Ilan Paciornik**

EXPEDIENTE

Equipe Técnica

Seção de Eventos Externos e Programa de Bolsas

Aline Puton

Ana Virginia Machado Iglesias

Carlos Felipe Borges da Silva

Hugo Pereira de Jesus Junior

José Fábio Barbosa de Santana

Marcela Ribeiro de Magalhães Garbulha

Revisão

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Márcia Romão Pereira Carvalho

Editoração

Coordenadoria Multimeios

Marina Mendes da Rocha

Endereço

Superior Tribunal de Justiça

Secretaria de Gestão de Pessoas

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, Ed. Administração,

3º Andar CEP: 70095-900 - Brasília – DF

E-mail: sevep@stj.jus.br

Central de Atendimento: (61) 3319-8000

Revista Científica STJ Construindo o Saber / Superior Tribunal de
Justiça – N. 1 (2018) – Brasília : STJ, 2018 –

Anual

ISSN 2594-9861

1. Direito, Brasil. 2. Trabalho acadêmico, periódico, Brasil. I.
Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). II. Título.

CDU 340.142 (81) (05)

SUMÁRIO

RESUMOS

A colaboração premiada: estudo acerca de seu valor como prova no processo penal.	8
A dosimetria da pena em concreto nos casos de tráfico de drogas.	9
A exoneração tributária em favor das pessoas com deficiência.	10
A guarda compartilhada como instrumento de combate à alienação parental.	11
A importância do orçamento para o controle dos gastos públicos.	12
A invalidade do crime de desacato como forma de política garantista promovida pelo poder judiciário.	13
A relativização do princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena.	14
Auditoria interna aplicada à fiscalização de contratos de terceirização.	16
Auditoria no setor público: uma análise das modalidades de auditoria governamental no Brasil.	17
Carga horária rígida ou produtividade? Uma análise da nova redação do artigo 6º da CLT (teletrabalho, home office ou anywhere office).	18
Desafios para implantação da governança no setor público brasileiro.	19
Eficiência do Sistema de Registro de Preços.	20
Levantamento de custos das alterações de ambientes físicos no Superior Tribunal de Justiça.	21
Liderança e desenvolvimento de equipes.	22
Nexo causal como realidade normativa e presunção de causalidade na responsabilidade civil.	23
O paralelismo e a organização do sentido textual: aspectos sintático-semânticos relevantes para a revisão textos oficiais.	24
O princípio da proporcionalidade delimitando a legítima defesa.	26
Plano de logística sustentável do Superior Tribunal de Justiça.	27

APRESENTAÇÃO

Estimular a busca pelo conhecimento é essencial para o sucesso de qualquer organização. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), a aprendizagem contínua é um valor disseminado e estimulado em cada área e processo de trabalho. Todos os investimentos em educação corporativa, por ações de treinamento formais ou informais, atuam no sentido de formar um quadro de pessoal cada vez mais qualificado e atualizado. Faz parte dessa cultura de desenvolvimento transmitir o conhecimento de forma a capacitar, também, as outras pessoas à volta, mediante troca de experiências e aprimoramento de competências.

Esta revista apresenta o resumo dos trabalhos dos servidores que tiveram bolsa de pós-graduação custeada pelo Tribunal, além de conter hiperlinks para acesso ao inteiro teor de cada um deles. Esses trabalhos foram apresentados na I Mostra Científica de Painéis, evento promovido na certeza de que a difusão do conhecimento atua de modo sinérgico na qualificação do principal insumo do STJ – os servidores.



Sulamita Avelino Cardoso Marques
Diretora-geral

RESUMOS

A COLABORAÇÃO PREMIADA: ESTUDO ACERCA DE SEU VALOR COMO PROVA NO PROCESSO PENAL

José Batista de Melo Filho

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

O presente trabalho tem como meta analisar, no processo penal brasileiro, as vicissitudes do instituto da delação ou colaboração premiada -forma especial de investigação criminal que inclui a cooperação de coautor ou partícipe do crime, objetivando desvendá-lo em sua inteireza, inclusive com a informação da identidade dos demais integrantes do concurso criminoso. Assim, busca-se examinar o valor probatório das declarações do colaborador, principalmente por envolver consectários éticos de axiologia duvidosa, como são os prêmios ofertados ao delinquente delator. Perpassa o entendimento acerca do instituto, sua utilização, a incidência em outras leis penais, a previsão legal de renúncia ao direito de permanecer calado, bem como demonstra as teses dos doutos favoráveis e contrários à colaboração premiada. O estudo averigua as correntes doutrinárias sobre o tema e sua relação com a formação probatória e envereda pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal para compreender a prática processual atinente à delação. Por fim, a monografia indica uma provável harmonização das declarações do delator, não como prova irrefutável, mas como elementos de informação, nos mesmos moldes do inquérito policial, que deve ser corroborado, em contraditório judicial, por outras provas.

Palavras-chave

Processo penal. Investigação criminal. Provas. Colaboração premiada.

A DOSIMETRIA DA PENA EM CONCRETO NOS CASOS DE TRÁFICO DE DROGAS

Lidio Carlos da Silva Junior

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

A individualização da pena na sentença penal condenatória, por sua importância e complexidade, exige dos operadores do direito amplitude de conhecimento acerca dos parâmetros legais e jurisprudenciais que delimitam a atividade jurisdicional, no âmbito de sua discricionariedade motivada. O presente estudo visa abordar os principais aspectos da individualização da pena, analisando posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais quanto ao tema, especialmente no tocante às condenações pela prática do tráfico de drogas, que é equiparado a crime hediondo, submetendo-se a regras específicas, genéricas e padronizadas previstas na redação original das Leis n. 8.072/90 e n. 11.343/2006. Entretanto, muitas dessas regras não devem ser utilizadas atualmente, em face de representarem ofensa aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da individualização da pena, questão que foi amplamente analisada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e também pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Produziu-se, assim, vasta jurisprudência, cujo estudo se faz necessário para a obtenção de maior compreensão acerca da dosimetria no tráfico de drogas, não somente quanto às suas três etapas, mas principalmente quanto à fixação do regime inicial para cumprimento de pena, à aplicação da minorante referente ao tráfico privilegiado, bem como à possibilidade de aplicação de penas alternativas ou de sursis.

Palavras-chave

Penal. Processo Penal. Prestação Jurisdicional. Individualização da pena. Tráfico de drogas. Leis n. 8.072/90 e n. 11.343/2006. Regras genéricas e abstratas. Princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. Violação. Jurisprudência do STF e do STJ. Etapas de dosimetria. Regime inicial. Penas alternativas. Sursis.

A EXONERAÇÃO TRIBUTÁRIA EM FAVOR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Marina Mendes Evangelista

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

Trata-se de monografia a respeito da exoneração tributária em favor das pessoas com deficiência. Foram pesquisados aspectos relevantes desse grupo de indivíduos, a partir da melhor nomenclatura a ser utilizada, dando ênfase na sua situação como pessoas e cidadãos, especialmente no que diz respeito à proteção jurídica nos âmbitos internacional e nacional. Em um segundo momento, fez-se um estudo das normas gerais do direito tributário, como base para o conhecimento da exoneração e suas espécies, traduzindo-os como uma forma de ação afirmativa para busca da inclusão social, tendo em vista a extrafiscalidade. A partir disso, realizou-se a conexão das duas questões, analisando-se as exonerações tributárias existentes no direito brasileiro outorgadas às pessoas com deficiência, cujos principais exemplos são as isenções dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), Operações Financeiras, (IOF), Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Por fim, verificou-se a ausência de previsão para a concessão de imunidade, trazendo-a como sugestão ao legislador. O trabalho teve como objetivos analisar, na legislação brasileira, por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, quais as formas de exoneração tributária outorgada às pessoas com deficiência e como elas são exercidas.

Palavras-chave

Direito tributário. Exoneração fiscal. Isenção. Imunidade. Pessoa com deficiência.

A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

João dos Passos de Oliveira

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

A presente monografia aborda a alienação parental e seus impactos causados em crianças e adolescentes de pais divorciados. Disserta, ainda, acerca da relação do instituto da alienação com o advento da Lei 13.058/14, que apresentou a guarda compartilhada como regra geral, preterindo outras formas de guarda de filhos. O estudo analisou os benefícios da guarda compartilhada no tocante ao desenvolvimento da criança e à prevenção de casos de alienação parental. Ao longo do estudo, além da apresentação de uma breve contextualização histórica e conceitual, foram analisados os benefícios da guarda compartilhada, incluindo sua relação com a diminuição dos casos de alienação parental. A Lei da Guarda Compartilhada encontra-se em consonância com outros diplomas legais, como o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também apresentam o interesse do menor sobreposto aos interesses dos pais. Trata-se de um novo paradigma realizado pelo Direito Civil em sintonia com a Constituição de 88, que já havia expressado entendimento pela proteção do melhor interesse do menor. A pesquisa foi qualitativa, utilizando-se de dados bibliográficos, tendo em vista o caráter predominantemente descritivo e estudo teórico. O presente artigo possui natureza aplicada, porquanto teve por objetivo gerar conhecimentos sobre guarda compartilhada e alienação parental. O universo da pesquisa é o âmbito familiar, com foco em pais, crianças e adolescentes.

Palavras-chave

Família. Poder Familiar. Guarda de Filhos. Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Lei nº 13.058/2014.

A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PARA O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS

Claudia Bacelar Carvalho de Freitas

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

Nos últimos anos, a crise econômica brasileira revelou o descontrole dos gastos do governo e a falta de conhecimento da sociedade acerca dos problemas fiscais que o país enfrenta. Em função do déficit nas contas públicas, o governo foi obrigado a rever suas despesas e a procurar alternativas para melhorar a gestão dos recursos públicos, o que culminou com a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal no Brasil e criou um teto para os gastos governamentais. Nesse contexto, em que foi despertado o interesse da população pelo tema orçamentário, o presente estudo tem como finalidade mostrar a importância do orçamento para o controle dos gastos públicos, por meio de revisão da literatura, apresentando a evolução do orçamento e os principais conceitos relacionados ao planejamento e controle da gestão orçamentária. Esta pesquisa analisa, ainda, de que forma os instrumentos de planejamento e orçamento podem ajudar a melhorar a participação do controle social no processo de acompanhamento e fiscalização das ações governamentais.

Palavras chave

Orçamento. Planejamento. Controle. Instrumentos. Gastos públicos.

A INVALIDADE DO CRIME DE DESACATO COMO FORMA DE POLÍTICA GARANTISTA PROMOVIDA PELO PODER JUDICIÁRIO

Renato Rubens Amaral Marques Filho

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

O artigo aborda o tema da invalidação no ordenamento jurídico do delito de desacato pelo Poder Judiciário, delineado por reflexões trazidas nos diálogos que fundamentaram os lados opostos dessa celeuma. Com o objetivo de identificar os atores e seus discursos político-criminais, o estudo apresentou a verificação de incompatibilidade do crime de desacato através de uma visão garantista do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do controle de convencionalidade ao ter como parâmetro a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Esse enredo constituiu-se pela análise bibliográfica do livro "Desacato", do autor Lélío Braga Calhau, de 2004, em conjunto com o Recurso Especial nº 1.640.084/SP. No segundo item, o conteúdo restringiu-se a estruturar o delito de desacato pelos contornos do direito penal. O terceiro item propôs identificar os argumentos jurídicos em defesa da continuação do desacato como crime. No quarto item, o conteúdo apresentou as considerações contrárias do item anterior. Já o quinto item consistiu em refletir sobre o papel do direito penal na sociedade brasileira para, então, confrontar a decisão trazida pelo Poder Judiciário e, nesse cenário, apresentar nova saída jurídica possível. Por fim, a pesquisa elegeu a figura humana como causadora principal da invalidade jurídica e social do desacato como ilícito penal.

Palavras-chave

Desacato. Invalidade. Convencionalidade. Político-criminal. Garantista.

A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

Thiago Soares Pereira

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

Na presente obra, propõe-se uma análise detalhada acerca da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que passou a permitir novamente a execução provisória da pena após a decisão condenatória proferida pela segunda instância. Trata-se de tema polêmico e que divide opiniões, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, causando disputas acirradas na Corte Suprema. A premissa maior da polêmica gira em torno do princípio da presunção de inocência (ou não culpabilidade), debatendo-se se sua relativização permitiria a antecipação da pena antes do trânsito em julgado, ou seja, se tal juízo fere ou não o núcleo essencial desse princípio. Desse modo, busca-se, neste trabalho, verificar a validade da decisão do STF sob os aspectos da teoria geral dos direitos fundamentais e da hermenêutica constitucional contemporânea, que envolvem a teoria da ponderação e da argumentação como premissas para resolução de casos difíceis. Assim, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos. No primeiro, são abordados os aspectos gerais dos direitos fundamentais, a teoria absoluta e relativa dos princípios, bem como a colisão entre normas fundamentais e a relativização do princípio da presunção de inocência. No segundo, analisa-se o atual modelo de atuação do Supremo, explorando-se as influências do neoconstitucionalismo na hermenêutica contemporânea e na resolução de casos difíceis. No terceiro, estuda-se detalhadamente a oscilação da jurisprudência na excelsa Corte em torno da relativização do princípio da presunção de inocência, no que se refere à execução provisória da pena, confrontando as decisões contrárias e favoráveis, apresentando inclusive as de Ministros que alteraram seu posicionamento e como a composição do STF e os ideais do neoconstitucionalismo têm influenciado nas soluções apresentadas pelos magistrados. Por fim, faz-se uma análise geral acerca do decisum, a fim de se verificar qual é de fato o melhor posicionamento, quais as tendências da hermenêutica sobre o direito constitucional e penal, no que se refere ao princípio da presunção de inocência e se há uma tendência a se adotar

o direito penal do inimigo no ordenamento jurídico pátrio. Os resultados são surpreendentes, pois demonstram que as influências do neoconstitucionalismo e do pós-positivismo deram maior liberdade aos julgadores e vastas ferramentas interpretativas para decidirem de forma mais política e menos jurídica, superando a ideia da existência de regras e princípios absolutos para priorizar a sua relativização e dar maior efetividade as normas penais e constitucionais. Diante de tal cenário, é permitido concluir que a decisão contrária à execução provisória, embora válida e mais condizente aos anseios do constituinte originário, não se mostra adequada ao momento vivido no Brasil e acabou por diminuir e até extinguir a eficácia de certas normas penais e constitucionais. Por outro lado, o decisum proferido recentemente pelo STF, definido de acordo com os instrumentos e os artifícios hermenêuticos contemporâneos, mostra-se válido, necessário e compatível com cenário atual do país, conferindo efetividade a um número maior de preceitos constitucionais e penais, sem violar o núcleo essencial do princípio da presunção de inocência.

Palavras-chave

Ativismo Judicial. Casos Difíceis. Colisão entre Normas. Direito Penal do Inimigo. Direitos e Garantias Fundamentais. Execução Provisória. HC n. 68.726/DF. HC 84.078/MG. HC 126.292/SP. Hermenêutica Constitucional. Mutação Constitucional. Neoconstitucionalismo. Presunção de Inocência. Relativização. Supremo Tribunal Federal.

AUDITORIA INTERNA APLICADA À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

Paullo Raphael Marinho Dias

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

A disseminação dos contratos de terceirização no âmbito da Administração Pública é uma realidade notável. Apesar dos vários estudos direcionados aos gestores de contratos, verifica-se que há pouco material destinado a orientar a atuação da Auditoria Interna na fiscalização de tais contratações. O estudo consiste em revisão bibliográfica, cujo objetivo é iniciar o debate sobre a importância da auditoria interna na fiscalização dos contratos de terceirização na Administração Pública, trazendo à discussão o conceito de terceirização e de auditoria interna, bem como propondo algumas linhas de atuação para a auditoria em relação aos citados contratos. O estudo apresenta a conceituação e os normativos que tratam da terceirização e da Auditoria Interna governamental e, ainda, apresenta propostas de atuação para a Auditoria Interna em relação aos contratos de terceirização. O estudo conclui que é importante para a unidade de auditoria interna evoluir do paradigma de conformidade para o de desempenho – auditoria operacional, avaliação de controles internos e avaliação da governança de contratações – no exame dos citados contratos, visando maior eficiência, eficácia e efetividade.

Palavras-chave

Terceirização. Contratos. Administração Pública. Auditoria Interna.

AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DAS MODALIDADES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL

Emilia de Abreu Araújo Rodrigues

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

Devido à expansão dos mercados, ao crescimento e ao desenvolvimento da economia mundial, as organizações sentiram, cada vez mais, a necessidade de ter controle e fiscalização de suas operações. Nesse contexto, surgiu a auditoria como ferramenta de apoio aos agentes que outorgam ou compartilham a gestão de qualquer recurso no âmbito de seus negócios. No setor público não é diferente, a auditoria governamental, com suas diversas modalidades, tem como função principal munir os agentes interessados, entre eles, a própria sociedade, de informações sobre a boa e regular gestão dos recursos públicos. Dessa forma, o presente trabalho objetivou analisar e descrever as diversas modalidades de auditoria governamental praticadas no âmbito do setor público brasileiro. Para isso, utilizou-se como método a revisão de literatura sobre o tema, em especial dos normativos dos principais órgãos responsáveis por esse tipo de auditoria na esfera federal. Verificou-se, ao final, a importância da auditoria governamental e das particularidades relacionadas a cada uma de suas principais classificações, uma vez que estas se encontram alicerçadas nas diversas necessidades do setor público brasileiro e, apesar das diferenças quanto ao objeto, momento ou posição em relação à entidade auditada, o cerne das auditorias em geral tende a ser mantido.

Palavras-chave

Auditoria. Governamental. Setor público. Tipos. Classificação.

CARGA HORÁRIA RÍGIDA OU PRODUTIVIDADE? UMA ANÁLISE DA NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 6º DA CLT (TELETRABALHO, HOME OFFICE OU ANYWHERE OFFICE)

Alexandra Gonzaga Junqueira Correia Lima

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

• **Texto integral** •

RESUMO

As mudanças das relações trabalhistas decorrentes do acelerado avanço tecnológico trazem uma nova modalidade laboral que já está em pleno vigor por diversas organizações no Brasil. Este artigo tem a finalidade de analisar os benefícios ou malefícios da Lei nº 12.551/2011 que alterou a redação do art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e normatizou uma forma de trabalho focada não mais em um limite rígido de horas semanais trabalhadas, mas sim na produtividade do empregado. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual deste trabalho, destacaram-se Martins (2000), Amaral (2010), Oldoni (2009), Rocha e Muniz (2013) e Lima (2012). A subjetividade da pesquisa fez com que a metodologia utilizada fosse descritiva e explicativa quanto ao processo de construção das relações trabalhistas, e classificada como bibliográfica, tendo em vista o exame detalhado de artigos, livros e periódicos, objetivando um novo enfoque e conclusões inéditas. O artigo chegou à conclusão de que a evolução é necessária, tanto no âmbito social, econômico, quanto no ambiental, tendo em vista que o teletrabalho reduz a quantidade de profissionais transitando em veículos próprios e públicos. No entanto, importa que haja um contrato de trabalho bem estabelecido e claro que respeite os benefícios sociais adquiridos, como o descanso e intervalos do funcionário, além de uma força de vontade deste em se afastar dos problemas domiciliares quando estiver se dedicando às atividades laborais.

Palavras-chave

Novas relações trabalhistas. Avanço Tecnológico. Teletrabalho.

DESAFIOS PARA IMPLATAÇÃO DA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Eliane de Souza Moreira

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal identificar os desafios encontrados pela Administração Pública brasileira para implantação da governança em seus órgãos e entidades. Partiu-se do entendimento de que, embora seja uma sistemática já bastante consolidada em grandes corporações do setor privado nacional, o tema governança ainda encontra entraves para sua efetiva implantação no setor público. Para alcançar o propósito deste artigo, foi realizada ampla leitura e pesquisa da literatura existente disponibilizada em repositórios eletrônicos, notadamente em reconhecidos repositórios de artigos acadêmicos. Preliminarmente, buscou-se identificar os primeiros estudos e a evolução do tema governança, tanto no setor público quanto no privado. Ao longo do artigo, foram relacionados conceitos, princípios e mecanismos da governança, a exemplo da prestação de contas (accountability), transparência, liderança, estratégia e responsabilização de agentes. Adicionalmente, este estudo apresenta, de forma comentada, normas e concepções sobre o assunto elaboradas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União em conjunto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgãos brasileiros de controle e de planejamento. Tais normas e concepções têm sido impostas a demais órgãos da Administração Pública como referenciais de excelência. Buscou-se, ainda, apresentar o caso de implantação de governança no Superior Tribunal de Justiça. Por fim, os resultados obtidos da análise de todo o material disponível demonstram que os principais desafios à efetiva implantação da governança na esfera pública brasileira estão relacionados à dificuldade que o setor tem para tornar efetiva suas ações. Além disso, outro importante desafio identificado é a enorme complexidade do tema e das ações necessárias à sua implementação. Aplicar os conceitos, princípios e mecanismos relacionados à governança demanda grandes inovações e consideráveis mudanças na gestão pública.

Palavras-Chave

Governança. Transparência. Prestação de Contas. Administração Pública.

EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

João Ruas Sucupira

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a eficiência do Sistema de Registro de Preços (SRP) na Administração Federal, que, em síntese, visa às compras com eficiência, celeridade e economicidade, bem como à ampla competitividade, publicidade e transparência. Buscou-se, desta forma, realizar este trabalho com base na consulta a autores renomados, além da própria vivência no cotidiano das atribuições, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), pertinentes à área em análise. Outrossim, no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, verificou-se no STJ a realização de 59 processos licitatórios via Sistema de Registro de Preços, bem como 47 adesões a atas de outros órgãos federais. Tais procedimentos geraram importante economia ao erário público nos quesitos: investimentos em grandes estoques, espaços físicos e economia de mão-de-obra, além de evitarem desperdícios e obsolescência dos produtos, que sem o SRP, seriam adquiridos em grande quantidade. Verificou-se, ainda, acentuada economia em decorrência da celeridade das aquisições, porquanto, as demandas não seriam atendidas, tempestivamente, caso fossem instruídas via processos licitatórios convencionais. Por fim, o supracitado SRP, no período em análise, contribuiu significativamente de forma a coroar a filosofia maior do STJ que são a leveza nas operações administrativas e a presteza e celeridade no alcance das metas precípuas de atendimento ao jurisdicionado.

Palavras-chave

EAD. SRP - Sistema de Registro de Preços. Eficiência.

LEVANTAMENTO DE CUSTOS DAS ALTERAÇÕES DE AMBIENTES FÍSICOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vinícios José Mota Couto

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

O presente trabalho realizou pesquisa direcionada aos procedimentos e etapas dos serviços de alterações de ambientes físicos demandados no âmbito da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Seu objetivo foi, a partir da identificação dos procedimentos, das etapas, dos recursos materiais, tecnológicos e humanos envolvidos em todo o processo das atividades em estudo, identificar e definir critérios de apuração dos custos diretos e indiretos implicados no contexto sob análise. A partir do estudo de caso - tomando como referência serviços prestados pela área responsável, além de pesquisas bibliográficas e documentais - foram coletados dados do sistema informatizado de emissão de ordem de serviço, levantando-se as etapas desta atividade, bem como verificando-se a importância da adoção de tal procedimento para a definição de prioridades em relação ao orçamento do STJ. O estudo demonstra a importância de se criar mecanismos de apuração de custos das atividades desenvolvidas não só no STJ, como também no âmbito dos demais órgãos do Poder Judiciário, de forma a medir o custo final da prestação jurisdicional, atividade-fim do STJ e, também, como fornecedor de informações e dados que vão subsidiar as tomadas de decisões, o planejamento orçamentário, a otimização dos serviços, os desperdícios e retrabalhos e a criação de indicadores de desempenho para a gestão pública. Esta pesquisa, assim como outras já existentes, mostra a importância da gestão de custos na Administração Pública como mecanismo de aprimoramento da gestão fiscal, da transparência das ações governamentais e do equilíbrio das contas públicas.

Palavras chaves

Gestão fiscal. Tomadas de decisões. Apuração de custos. Prestação Jurisdicional.

LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Priscila Maria Barros

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

O objetivo geral do presente artigo é verificar a relação entre o líder e o desempenho das equipes nas organizações. Os objetivos específicos foram elencar as características requeridas dos líderes nas instituições, identificar os fatores que contribuem para a melhoria do desempenho das equipes e relacionar o estilo de liderança com a performance do grupo de trabalho. O método de pesquisa, nesse estudo, é o descritivo-explicativo, tendo como instrumento de coleta de dados questionários semiestruturados para a equipe e para o líder. Diante dos dados obtidos, é possível constatar que a empresa tem investido na capacitação da liderança, fato que reflete na forma como a equipe percebe as ações do líder; a utilização do instrumento de feedback tem a perspectiva de atenuar a ocorrência dos conflitos na equipe e o compartilhamento dos objetivos a serem alcançados tende a conduzir o grupo de trabalho na melhoria dos relacionamentos, fatores que irão refletir no clima organizacional.

Palavras-chave

Liderança. Equipes. Desempenho.

NEXO CAUSAL COMO REALIDADE NORMATIVA E PRESUNÇÃO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

Domingos Riomar Novaes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

• Texto integral •

RESUMO

O presente trabalho busca evidenciar que o critério naturalístico subjacente às teorias tradicionais do nexo causal (equivalência dos antecedentes causais, causalidade adequada, dano direto e imediato, dentre outros) não é suficiente para realizar o princípio da ampla reparação da vítima, pois cria, em desfavor desta, o ônus processual muitas vezes intransponível de comprovar, em caráter definitivo, a existência de uma relação fática de causa e efeito entre a conduta do responsável e o resultado danoso. Sobretudo em uma sociedade de risco, na qual se multiplicam os danos sujeitos a causas incertas, o dogma, segundo o qual a causalidade deve ser sempre comprovada nos autos, precisa ceder espaço, em certos casos, ao estabelecimento de presunções de causalidade. Para se alcançar essa conclusão, é necessário perceber, inicialmente, que a causa de determinado dano não constitui, para o Direito, uma realidade fática, mas normativa. Em rigor, o nexo causal é, antes de tudo, o vínculo valorado pelo Direito como suficiente para que ocorra a imputação do dever de indenizar. O próprio ordenamento positivo contempla situações em que essa imputação se estabelece na ausência de uma relação estritamente causal. Há hipóteses, ainda, em que o legislador, embora pressuponha a existência de uma causalidade natural, dispensa a sua comprovação para atribuir o dever de indenizar, satisfazendo-se com a mera probabilidade de que a conduta inquinada seja a causa natural do dano. Assentadas as premissas de que o nexo causal constitui uma realidade normativa e de que existem hipóteses de causalidade presumida consolidadas no próprio sistema jurídico, cumpre ao intérprete examinar se os problemas de causalidade complexa, em que a comprovação de uma causalidade natural se revela até mesmo impossível, não podem ser também equacionados por meio de uma presunção.

Palavras-chave

Responsabilidade civil. Nexos de causalidade. Teorias do nexo causal. Nexos de imputação. Presunção de causalidade. Amianto. Tabaco.

O PARALELISMO E A ORGANIZAÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL: ASPECTOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS RELEVANTES PARA A REVISÃO TEXTOS OFICIAIS

Kêt Simas Frazão

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• **Texto integral** •

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal observar a ocorrência de rompimento do paralelismo e suas consequências na organização do sentido de textos formais de caráter administrativo produzidos no âmbito de instituição jurídica do setor público. Para tanto, foram contemplados os seguintes objetivos específicos: descrição dos tipos de estruturas sintáticas em que a observância do paralelismo é recomendada pela gramática normativa; identificação das construções sintáticas em que não foi observado o paralelismo e analisá-las; e, apresentação da proposta de revisão dos exemplos selecionados. Este estudo evidencia certas qualidades que as redações oficiais devem contemplar a fim de cumprirem sua função comunicativa. Nesse contexto, a observância das regras e diretrizes referentes ao paralelismo é um recurso que se une a outros que promovem a melhor compreensão do texto. A análise dos dados desenvolveu-se com base em um quadro teórico estruturado a partir dos estudos dos autores Marcuschi (2010), Oliveira (2013), Garcia (2010), Didio (2013), Koch e Elias (2013, 2014), bem como nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2002). O detalhamento de alguns aspectos gramaticais foi amparado nos trabalhos de outros autores, tais como, Bechara (2009), Cunha e Cintra (2014), Luft (2010), Moura Neves (2009) e Paiva (2011). A metodologia da pesquisa consistiu de coleta de dados realizada de modo a contemplar os diferentes tipos de construções sintáticas, em que a ausência da simetria pode causar inconsistências no texto e prejudicar sua compreensão por parte do leitor. A fase seguinte foi dedicada ao agrupamento e à ordenação dos exemplos recorrentes e à análise desses enunciados, de acordo com a base teórica anteriormente estabelecida. Os resultados da pesquisa confirmam as explicações apresentadas pelos estudiosos do português brasileiro quanto às estruturas linguísticas e aos ambientes textuais em que escritores apresentam maior dificuldade de observar

o uso adequado do paralelismo. Em vários casos, a falta de simetria na apresentação de ideias correlatas reflete problemas de estruturação sintática dos textos relativos à regência nominal e verbal e à coordenação de orações, entre outros aspectos.

Palavras-chave

Revisão de texto. Redação oficial. Paralelismo. Sentido textual.

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DELIMITANDO A LEGÍTIMA DEFESA

Gerluce Maria Silva Serrano

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

• Texto integral •

RESUMO

A legítima defesa é um dos institutos jurídicos mais bem elaborados da nossa história e sua aplicação representa uma forma de realização da justiça penal e da sua sumária execução. Entende-se como legítima defesa quando alguém repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, usando dos meios necessários de forma moderada. O ordenamento jurídico brasileiro prevê essa autoproteção no art. 25 do Código Penal e determina que instituto da legítima defesa deve ser executado com moderação e deve ser proporcional à gravidade da ameaça ou agressão. A avaliação dessa gravidade é subjetiva e deverá ser analisada no caso concreto. Este artigo privilegiou a pesquisa explicativa, identificando os fatores que contribuem para a ocorrência e o entendimento do instituto jurídico tratado, buscando, assim, as fontes doutrinárias e as razões para o surgimento desse tema. Considerada também fruto do instinto do homem, a legítima defesa encontra-se presente desde as épocas mais remotas, possuindo fundamento social e individual. A lei veio para regulamentar os requisitos e impor limites nas ações de autodefesa, pois nem sempre o Estado se faz presente para resguardar os bens jurídicos e a integridade física dos indivíduos. O estudo constatou, ainda, que as ações políticas em conjunto com as leis e com os aplicadores do direito devem buscar o aprimoramento dos julgados, analisando melhor a real intenção dos agentes submetidos à Justiça para evitar a condenação de um inocente ou o resultado que prejudique a nossa sociedade, que se sente, apreensiva e insegura com as ocorrências recentes. É forçoso ressaltar que a população merece novas oportunidades, o desenvolvimento de sua cultura e a melhoria das políticas de educação para que todos apresentem um resultado satisfatório na convivência em comunidade. O Estado, assim, deve realizar o seu papel de mediador e, por consequência, regulador das relações sociais, preconizando a sua principal missão qual seja de prover o bem comum e a paz social.

Palavras chave

Legítima Defesa. Autoproteção. Meios Moderados. Justiça Penal. Agressão Injusta.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Paula Monte Serrat Castelo Branco

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

• texto integral •

RESUMO

Este trabalho aborda a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pretendeu-se investigar de que maneira a implantação do PLS no STJ favoreceu o atendimento dos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional, visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário. Por meio dessa pesquisa, buscou-se contextualizar o PLS no conjunto de ações sustentáveis empreendidas no STJ, analisar os indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do referido plano, além de verificar a execução das ações que visam ao alcance das metas do PLS no âmbito do STJ. Os métodos de pesquisa escolhidos foram pesquisa bibliográfica – quanto a assuntos correlatos ao tema do trabalho, como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – e pesquisa documental de leis, atos normativos e notícias veiculadas por meio eletrônico. Essa pesquisa evidenciou a vanguarda do STJ no que se refere ao tema sustentabilidade no poder público.

Palavras-chave

Plano de Logística Sustentável. Superior Tribunal de Justiça. Critérios de Sustentabilidade

